



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

O ENSINO NO SERVIÇO SOCIAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E A FORMAÇÃO DOCENTE DE ASSISTENTES SOCIAIS

ELYDIANA DE SOUZA SOARES PONTES¹

RESUMO

O artigo em tela se propõe a sistematizar a produção do conhecimento acerca da condição docente do assistente social no que diz respeito a sua formação específica para a docência, a partir das mesas redondas e trabalhos na modalidade pôster e oral apresentados nos dois últimos ENPESS. A pesquisa que ora apresentamos trata, portanto, dos resultados de uma pesquisa bibliográfica. As poucas reflexões encontradas colocam a preocupação central de que as condições objetivas e de formação docente dos assistentes sociais apontam para uma tendência à fragilização da implantação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Nesse cenário de discussões não encontramos elocubrações mais amplas que versem sobre as possibilidades formativas do docente assistente social em conformidade com o projeto ético-político da profissão.

Palavras-chave: Ensino em Serviço Social; Formação docente; Trabalho docente.

ABSTRACT

The article in question aims to systematize the production of knowledge about the teaching condition of social workers regarding their specific training for teaching, based on round tables and poster and oral works presented in the last two ENPESS. The research we present here, therefore deals with the results of a bibliographical research. The few reflections found raise the central concern that the objective conditions and teaching training of social workers point to a tendency towards weakening the implementation of the ABEPSS Curricular Guidelines. In this scenario of discussions, we do not find broader discussions that deal with the training possibilities of **social** worker teachers in accordance with the ethical-political project of the profession.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Keywords: Teaching in Social Work; Teacher training; Teaching work.

1. INTRODUÇÃO

A temática da formação de professores, apesar de consolidada nos estudos da área educacional, ainda se apresenta como temática emergente para o Serviço Social. A partir, sobretudo da década de 1990 com a incidência das medidas neoliberais nas políticas sociais resvalando nas políticas educacionais por meio de modificações estruturais nos sistemas e nas condições de ensino, despontaram estudos acerca das condições de materialização do ensino superior no país, abordando temas como o financiamento da educação, formas de acesso e permanência dos estudantes universitários, a solidificação da pós-graduação como reduto da produção científica e da capacitação continuada de professores.

A discussão desses assuntos perpassou de modo discreto o Serviço Social brasileiro que durante a década mencionada concentrou coletivamente suas energias na elaboração do Código de Ética de 1993, da Lei da Regulamentação da Profissão em 1996 e das Diretrizes Curriculares de 1996; ao tempo em que expandia os cursos de pós-graduação em todo o país, integrando os esforços de fortalecer as bases científico-profissional difundidas como o aporte cultural necessário para o fortalecimento e legitimação do projeto ético-político profissional em emersão.

Desse modo, é na década de 2000 que os estudos voltados para a área da educação – principalmente como fruto das pesquisas desenvolvidas nos cursos de pós-graduação – passam a marcar as produções científicas do Serviço Social brasileiro, consolidando-a como uma área de interesse para a categoria profissional. Ademais, a preocupação com a educação advém de um duplo movimento: primeiro, à medida em que as pesquisas sobre as políticas educacionais vão se adensando teoricamente, vai ocorrendo o desvelamento da centralidade que essa política possui para a formação profissional, posto que nela residem sua conformação estrutural possibilitadora ou limitadora do projeto ético-político; segundo, a emergência das novas bases legais do projeto ético-político profissional na década de 1990 colocou para as pesquisas na década de 2000 a necessidade do aprofundamento das pesquisas acerca dos caminhos seguidos pela nossa formação profissional e sua consonância com o projeto ético-político.

Intrinsecamente a esse processo de reflexão sobre a formação profissional destacamos o papel exercido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS que “[...] coordena e articula o projeto de formação profissional em serviço social no âmbito da

graduação e pós-graduação”². Ainda segundo o próprio *site* da Associação, ela possui o desafio permanente de acompanhar a implantação das Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social ladeada pela Política Nacional de Educação – PNE; e é, na materialização de seus objetivos acadêmico-científicos que a ABEPSS fomenta espaços de discussões coletivas da categoria profissional acerca dos caminhos trilhados pela formação profissional e a continuidade dela, na perspectiva de garantir a qualidade do ensino em Serviço Social na modalidade presencial, que resultam invariavelmente em fontes de pesquisas acadêmicas que possuem como mote transversal o ensino em Serviço Social.

Desse modo, avolumam-se ainda hoje pesquisas que tratam das configurações heterogêneas assumidas pela formação profissional em Serviço Social, partindo tanto da forma diversa como incide os aspectos estruturantes das políticas educacionais em cada escola de Serviço Social existente nas várias cidades do país de forma pública e privada, em acordo com suas singularidades regionais; bem como o perfil, as formas de acesso e permanência dos estudantes de Serviço Social; e, ainda, as formas como as políticas educacionais se particularizam nas formas objetivas e subjetivas do trabalho do corpo docente vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação.

E é sobre essas últimas configurações que iremos nos deter nesse artigo, procurando, dentro da temática ampla da formação profissional, pôr em relevo os sujeitos docentes assistentes sociais que enquanto trabalhadores inseridos na divisão sociotécnica do trabalho operam diretamente as formas de concretizar os parâmetros curriculares em acordo com os valores ético-políticos da profissão, mediatizados pela orientação ultraneoliberal e conservadora das políticas sociais na contemporaneidade. Como endossa Faustini (2004, p. 19), o debate sobre a formação profissional do assistente social tem sido objeto de produção do conhecimento “[...] em seus aspectos teóricos e políticos, mas não tem, via de regra, privilegiado, o enfoque da docência a partir de seu cotidiano pedagógico”. As preocupações que nos trazem até aqui são parte integrante de nossa pesquisa de doutoramento em educação que versa sobre a especificidade da formação docente do assistente social quando inserido em instituições públicas de ensino vinculados aos cursos de Serviço Social na condição de professor(a).

Diante do exposto, nosso objetivo geral delineia-se em sistematizar os dados das reflexões sobre a condição docente do assistente social no que diz respeito a sua formação específica para

² Informação colhida no *site* da ABEPSS. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/>. Data da pesquisa: 25.05.2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a docência, a partir das mesas redondas e trabalhos na modalidade pôster e oral apresentados nos dois últimos ENPESS³. Especificamente, pretendemos circunscrever as discussões a partir do entendimento de como e quais são as condições de trabalho e formação docente abordadas por essas reflexões e se elas se articulam aos impactos na sua prática pedagógico-profissional tendo em vista o horizonte ético e político que o Serviço Social encerra. Desse modo, nossa intenção é fortalecer o debate acerca do ensino em Serviço Social e da necessária formação docente do assistente social enquanto atribuição privativa da profissão⁴ e que requer competências e habilidades necessárias para tal.

A pesquisa que ora apresentamos trata-se, portanto, dos resultados de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de material teórico-científico já elaborado, valendo-se das análises e contribuições de diversos autores. Conforme Pizzani *et al.* (2012, p.54) este tipo de pesquisa é entendida como sendo “[...] a revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico [...]”, ou seja, um método de pesquisa científica com a intenção de buscar novos conhecimentos a partir dos saberes produzidos anteriormente.

Dessa forma, o trabalho foi dividido em quatro tópicos: o primeiro que trata desta introdução; o segundo que problematiza temáticas que envolvem a especificidade da docência no Serviço Social; a terceira que sistematiza os dados colhidos durante a pesquisa bibliográfica; e, por último, tecemos algumas considerações finais acerca do tema proposto.

2. A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO DOCENTE DO/A ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social se constitui enquanto uma das profissões inseridas na divisão social e técnica do trabalho a partir das condições objetivas do real, que apregoam sua institucionalização, entendida como o movimento de inserção desses agentes nas instituições estatais que se propunham em reorganizar e tornar responsabilidade do Estado as práticas caritativas e restritas ao âmbito católico, decorrendo daí a sua necessária profissionalização, donde são estabelecidas as primeiras escolas responsáveis por formar tais profissionais a fim de que suas práticas se diferenciasssem das ações pré-capitalistas de filantropia.

³ O ENPESS é Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social e suas duas últimas edições se deram na cidade de Vitória – ES em 2018 e na cidade do Rio de Janeiro – RJ em 2022. Ressaltamos que a escolha desses Encontros se deveu ao fato de que no *site* da ABEPSS só constam os anais desses dois últimos eventos.

⁴ De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social – Lei nº 8.662 de junho de 1993 – em seu artigo 5º, inciso V, é atribuição privativa do assistente social assumir o magistério de Serviço Social tanto na graduação quanto na pós-graduação as disciplinas e funções específicas da profissão.

“Assim, o assistente social adquire a condição de trabalhador assalariado com todos os condicionamentos que disso decorre” (GUERRA, 2007, p.07). Desse mote, e seguindo a linha do tempo da institucionalização e profissionalização do Serviço Social no Brasil, temos que hoje ela é profissão que se insere na divisão sociotécnica do trabalho a partir da sua especificidade de intervenção na realidade social, cuja matéria-prima localiza-se na questão social e cujo principal meio de trabalho encerra-se nas políticas sociais, com o objetivo de minimizar as expressões da questão social via garantia dos direitos sociais possuindo como horizonte ético-político a defesa da classe trabalhadora na perspectiva da “emancipação humana, a exemplo da plena expansão dos indivíduos sociais e da socialização da economia, da política e da cultura, numa perspectiva de superação da desigualdade de classes” (BEHRING, 2013, p.16). E, enquanto profissão de nível universitário possui uma regulamentação, um projeto de formação profissional que orienta a formação para um determinado perfil profissional, a partir de seu projeto ético-político.

Dentre suas atribuições privativas, como já sinalizamos na introdução, temos o ensino em Serviço Social, que se dá em instituições de nível superior e trazem como exigência profissional a composição de práticas pedagógicas que delineiam a execução dos processos de aprendizagem inscritos nas suas Diretrizes. Há que se distinguir, portanto, a diferença entre a dimensão formativa da prática do Serviço Social e a dimensão educativa da formação profissional do assistente social, que compete em maior medida ao assistente social na condição de docente universitário. E é sobre essa condição que repousa nosso interesse articulando-se a necessidade de entender e analisar as particularidades que envolvem esse ensino, sobretudo, quando vivenciamos uma conjuntura política e econômica de orientação ultraneoliberal que condiciona ao desfinanciamento das políticas sociais, sobretudo as políticas de educação.

Importante se faz delimitar que seguiremos aqui dois caminhos de problematização sobre a condição docente do assistente social, o primeiro deles repousa na especificidade do ensino de Serviço Social e a segunda nos informa a formação docente como necessária ao assistente social que se propõe ao ato de ensinar de modo formal os futuros assistentes sociais.

Acerca do primeiro tensionamento, nos apoiamos em Guerra (2005) que argumenta sobre uma nova lógica de ensino inerente às novas⁵ Diretrizes Curriculares que não permite mais a dicotomia entre ensino teórico e ensino prático em Serviço Social, mas numa auto-implicação entre ambos, tendo em vista que o que pauta o ensino dessa profissão é sua própria natureza

⁵ O atual projeto de formação profissional em Serviço Social é decorrente das Diretrizes Curriculares aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da ABEPSS, em 1996.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

constitutiva que imbrica aspectos teóricos e práticos na construção da sua capacidade de projetar e objetivar respostas às demandas que se colocam. Como a própria autora explica, é uma lógica que “[...] supera as noções que tradicionalmente têm recebido o Serviço Social. Porque não opera com a falsa ideia de que há uma dicotomia entre teoria e prática, esta lógica vai de encontro à racionalidade hegemônica do mundo burguês” (GUERRA, 2005, p.149).

Dadas, portanto, a particularidade do ensino em Serviço Social cabe ao profissional docente a reflexão sobre o que ensinar e de que forma ensinar, a partir de Diretrizes que apontam o ato de ensinar como uma prática para além da mera transmissão do conhecimento, tendo em vista a necessária formação de sujeitos críticos e conscientes de sua história, implicando uma via de mão dupla entre o conteúdo do ensino – no caso do Serviço Social diz respeito às dimensões técnico-instrumental, teórico-intelectual, investigativa, ético-política e pedagógica – e aquele sujeito que dele se apropria (GUERRA, 2005). O ensino em Serviço Social não pode, portanto, ser uma ação baseada na segmentação de disciplinas que percam de vista a totalidade da natureza da própria profissão.

Desse modo, o desafio na formação desses profissionais consiste em capacitar assistentes sociais que atuem na realidade por meio da identificação crítica das demandas a eles dirigidas, enfrentando-as a partir de sua instrumentalidade, sobretudo na persistência da apropriação do estado pela lógica do capital que, contemporaneamente, o submete a medidas ultraneoliberais impactando diretamente na fragilidade da condição universal das políticas sociais limitando a própria atuação do assistente social. Nesta direção, cabe aos sujeitos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem a busca por práticas pedagógicas possibilitadoras da síntese entre saber teórico e saber prático, a partir da mediação dos valores éticos e políticos do projeto profissional.

E é, a partir da consideração da prática pedagógica do assistente social quando da sua condição de docente, que elencamos o segundo aspecto de nossa problematização que versa sobre a formação docente. Para tanto, nos distanciamos dos discursos de desprofissionalização que concebem a docência como um ato exercido por pessoas que possuem vocação para ensinar, como se para tal ato fosse necessário apenas uma habilidade imanente ao sujeito, e nos apoiamos em Paulo Freire (1991) para definir a docência como um trabalho exercido por profissional que necessita de capacitação para tal, tendo em vista que “ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.” (FREIRE, 1991, p.32). A docência

exige e põe em movimento saberes que perpassam a sua particularidade enquanto profissão e que são, sobretudo, os saberes relacionados ao ato de saber ensinar.

Portanto, quando tratamos do ensino de profissões temos que os saberes docentes vão além dos saberes próprios da profissão que se ensina, englobando outros tipos de saberes. Em seu livro “Pedagogia da autonomia”, Paulo Freire (2009) destaca três dimensões basilares acerca dos saberes necessários para a docência: “não há docência sem discência”, “ensinar não é transferir conhecimento” e “ensinar é uma especificidade humana”. Na certeza da impossibilidade de resumir aqui tais dimensões, ressaltamos que a importância da consideração dessas dimensões resulta nas reflexões sobre a necessidade da preparação do docente para o exercício de sua profissão, posto que o autor é enfático ao afirmar que não existe docência sem discência, ou seja, a formação docente coloca-se como condição necessária à sua própria prática e uma prática que ao ser objetivada pelos seres humanos carrega intrinsecamente a característica de ser uma atividade política, devendo observar a os vínculos entre educador e educando a partir da manutenção das relações de autonomia visto serem sujeitos históricos e primando por práticas educativas democráticas.

Nessa condição, entendemos a prática docente como ação política visto que subjacente ao ato educativo está presente um posicionamento ideológico-político normatizador da relação com os outros sujeitos que compõem tal ato. Como aponta Masetto (2012, p.39), “[...] o professor, ao entrar na sala de aula para ensinar uma disciplina, não deixa de ser um cidadão [...] ele tem uma visão de homem, de mundo, de sociedade, de cultura, e de educação que dirige suas opções e suas ações mais ou menos conscientemente”. No caso do docente assistente social essa prática política deve sempre procurar materializar os valores éticos defendidos pelo projeto profissional, que pode se dar de modo fragilizado tanto pelas condições objetivas do seu trabalho dentro das próprias universidades quanto pelas questões subjetivas que dizem respeito à sua preparação para o exercício da docência – que, obviamente, também são atravessadas pelas questões conjunturais que estruturam as políticas públicas como já mencionamos.

Apoiados em uma perspectiva marxista da realidade, compreendemos que os saberes docentes são necessários para a prática pedagógica do professor, mas que sua efetivação é atravessada pelas condições objetivas da realidade, ou seja, a atuação do professor não pode ser somente medida/avaliada com base na maneira como este se prepara para seu ofício ou nos saberes que acumula ao longo de seu percurso enquanto docente, mas dependem também dos

condicionantes estruturais que se colocam ao sujeito-professor incentivando-o ou limitando-o a orientar política e eticamente sua ação a partir de suas escolhas.

Portanto, compreendemos que o trabalho docente requer formação visto encerrar saberes específicos e que o assistente social quando localizado nessa função situa-se em posição relevante para a formação profissional de futuros assistentes sociais; disso prescinde a importância das discussões que colocam em cena a condição docente do assistente social, visto ocupar posição estratégica para o fortalecimento (ou não) de nosso projeto profissional. Por isso, nossa pesquisa para esse artigo se deu a partir da pontuação de dois elementos-chave para a discussão da condição docente do assistente social: como estão sendo debatidas a sua formação docente e suas condições de trabalho, possuindo como horizonte éticos e políticos os valores contidos em nosso projeto ético-político.

3. A CONDIÇÃO DO TRABALHO DOCENTE DO/A ASSISTENTE SOCIAL: a produção do conhecimento no ENPESS

Para a realização de nossa pesquisa bibliográfica utilizamos o procedimento do Estado da Questão (EQ), entendido como uma disjunção contemporânea do Estado da Arte (EA). Este objetiva o mapeamento e a discussão de certa produção científica/acadêmica em determinado campo do conhecimento; enquanto o EQ busca delimitar e caracterizar o objeto (específico) de investigação de interesse do pesquisador e a consequente identificação e definição das categorias centrais da abordagem teórico-metodológica.

De acordo com Nóbrega-Therrien e Therrien (2004), o EQ ultrapassa os limites de uma revisão da literatura, centrada mais exclusivamente na explicação de teorias, conceitos e categorias, pois há um requerimento de uma compreensão mais granular da problemática em foco, fundada nos produtos das pesquisas científicas, e nas suas bases teórico-metodológicas acerca da temática e objeto de estudo; nessa perspectiva que se encontra a matéria-prima e a síntese da originalidade, evidenciando o potencial e o impacto da produção/abordagem do a(u)tor/pesquisador.

Para tanto, utilizamos como base para a coleta dos nossos dados o material científico produzido nos dois últimos ENPESS (como detalhamos na Introdução) a partir da filtragem, nos

anais dos eventos, dos seguintes extratores: professor(a), docente e docência. Cada extrator foi aplicado individualmente na barra de busca do site do evento e chegamos ao seguinte resultado⁶:

TABELA 1 – RESULTADO DA BUSCA POR EXTRATORES

ANO	2018			2022		
EXTRATOR	PROFESSOR(A)	DOCENTE	DOCÊNCIA	PROFESSOR(A)	DOCENTE	DOCÊNCIA
Mesa	0	4	0	4	12	0
Ap. Oral	1	6	1	1	1	3
Ap. Pôster	1	0	0	0	1	0

Fonte: Produção própria.

De acordo com a pesquisa realizada no ENPESS de 2018 totalizamos 13 trabalhos inicialmente relacionados com nossa temática de pesquisa, enquanto no ENPESS de 2022 somamos 22 trabalhos. Desses trabalhos, empreendemos na etapa seguinte que consistiu na seleção dos trabalhos para a leitura a partir da aplicação dos extratores ao corpo do texto, donde tivemos o seguinte resultado: os trabalhos do ano 2018 foram reduzidos para 11 e os de 2022 foram reduzidos, também, para 11. Em seguida, passamos para a leitura exploratória dos trabalhos, procurando entender como cada um abordou inicialmente as condições de trabalho docente dos assistentes sociais e, posteriormente, a sua formação docente.

Durante a leitura dos artigos do ENPESS 2018, identificamos que três trabalhos não focavam sua análise na temática direta do ensino em Serviço Social ou da prática docente do assistente social. O primeiro deles abordava a trajetória do movimento docente no Brasil e, embora reconheçamos sua relevância para o fortalecimento da profissão, não o consideramos em nossas análises visto não tratar especificamente do Serviço Social. Outro trabalho também excluído de nossas análises versava sobre a reforma da previdência no governo Dilma Rousseff e citava de modo rápido o impacto dela sobre a carreira docente no magistério superior. Um terceiro trabalho também foi excluído pois possui como análise o trabalho docente de professores contratados na condição de substituto, sem focar em professores do Serviço Social.

Dentre os trabalhos do ENPESS 2022, a identificação daqueles que não versavam sobre o tema somaram um total de seis. Um deles abordava sobre a docência feminina negra no Brasil. Outro trabalho também retirado de nossa análise versava sobre a articulação entre o Serviço Social e os movimentos sociais no Brasil. Três trabalhos abordavam as determinações históricas do Movimento de Reconceituação no Brasil, na América Latina e na Europa. E, por fim, um

⁶ Ressaltamos que os trabalhos que aparecerem repetidos foram contabilizados apenas uma vez em um único extrator.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho que abordou sobre os impactos nos docentes do ensino emergencial remoto na pandemia. Restando-nos, assim, 8 trabalhos do ENPESS 2018 e 5 trabalhos do ENPESS 2022, totalizando 13 trabalhos para a análise. O que nos indica um primeiro resultado quantitativo, que diz respeito a baixa representatividade de pesquisas relacionadas ao tema aqui referido.

A etapa final da aplicação do EQ seguiu-se a partir da leitura direcionada de todos os treze trabalhos, procurando identificar como eles discutem as condições de trabalho e a formação docente do assistente social no ensino superior. Desse modo, abaixo resumiremos e discutimos os achados e reflexões desses trabalhos; e, por questão de limitação de páginas, não os referenciaremos na bibliografia, mas citaremos seus títulos em notas de rodapé, lembrando que todos eles se encontram disponíveis nos anais dos eventos referenciados.

Primeiramente sobre as condições de trabalho dos docentes assistentes sociais, encontramos que todos os trabalhos de algum modo apontam desafios para a formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade, a partir da consideração das políticas educacionais no contexto do projeto neoliberal. Identificamos que as considerações sobre esse tema, nos trabalhos, se ramificam em quatro aspectos estruturantes:

- a) O perfil do estudante que chega ao Serviço Social é majoritariamente pertencente às classes subalternas, e isso traz impactos diretos para a formação profissional. E, por serem trabalhadores, chegam cansados na sala de aula como Sakurada⁷ (2018) expressa ao ressaltar a fala de uma docente entrevistada em sua pesquisa: “lecionar para trabalhadores cansados, que chegam atrasado e devem sair mais cedo por conta de aspectos inerentes a violência da vida urbana. Estudantes sem condições materiais de permanência”. (SAKURADA, 2018, p.9). Os estudantes em sua maioria apresentam dificuldades na leitura, compreensão e escrita dos textos o que dificulta e torna ainda mais moroso seu processo de aprendizagem. E como explica, Sakurada (2018) e Ferreira (2018)⁸, esse perfil dos estudantes é decorrente do próprio processo histórico de sua escolarização e da condição da oferta do ensino básico no país. Desse modo, esse perfil dos estudantes requer abordagens pedagógicas que levem em consideração suas necessidades específicas.
- b) A precarização e a intensificação do trabalho docente. Várias de forma de precarização são apresentadas nos trabalhos e aqui destacamos as mais recorrentes: o trabalho invisível dos

⁷ SAKURADA, Priscila Keiko Cossual. **Formação profissional em Serviço Social: o perfil profissional esperado pelos docentes.** ENPESS, 2018.

⁸ FERREIRA, Ana Maria. **Formação em Serviço Social: requisições e demandas do perfil do aluno.** ENPESS, 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

docentes, entendido como as horas trabalhadas que não são contabilizadas em suas horas “oficiais” de trabalho e que dizem respeito às atividades exercidas em casa fora do seu horário de trabalho, sobretudo aos finais de semana; e o atraso de salários, informado na pesquisa de Sakurada (2018, p.12): “outro fator que vai impor limites para o trabalho profissional está o atraso dos salários, relatados pelas docentes de uma Universidade estadual, que mais o que limite para desempenhar as atividades docentes, coloca obstáculos para a própria condição de sobrevivência destes sujeitos.”. Implicando assim, numa crescente da desvalorização do profissional docente. Acerca da intensificação, os trabalhos trazem tanto o uso das novas tecnologias de comunicação que acabam por facilitar o trabalho invisível; quanto a crescente constituição de um perfil polivalente de professores que exercem não só as atividades próprias da universidade (ensino, pesquisa e extensão), mas também atividades burocráticas relacionadas à gestão e à administração, reinventando e alargando, assim, as demandas docentes e que não são acompanhadas da sua devida preparação para a execução de tais atividades. Como também, turmas superlotadas que dificultam ou mesmo inviabilizam estratégias de ensino que não se resumam à aulas expositivas e avaliações do tipo prova escrita, fragilizando as tentativas do processo de formação de um profissional crítico e reflexivo, como colocam as exigências das Diretrizes Curriculares, como complementa Ortiz e Pereira⁹ (2018, p.8): “[...] professores com vínculos empregatícios precários e com poucas oportunidades de autoaprimoramento acadêmico tem se somado às dificuldades dos estudantes [...]” na apreensão dos conteúdos necessários correspondentes ao perfil profissional hegemônico.

- c) Os impactos da precarização e da intensificação do trabalho docente foram analisados especificamente a partir de seus desdobramentos na saúde mental e nas relações acadêmicas dos docentes, tendo em vista que a crescente indissociação entre o tempo e espaço pessoal/familiar e de trabalho geram adoecimentos mentais, gerando desconfortos não só no docente, como também em seus familiares. Como conclui um dos artigos analisados, “os trabalhadores/as se veem então malgrado pela incerteza das relações trabalhistas flexibilizadas pelo capital moderno, expondo-os a situações de insegurança e de risco permanente.” (ORTIZ; PEREIRA, 2018, p.13). Condições essas que no período

⁹ ORTIZ, Fátima da Silva Grave; PEREIRA, Yago Mesquita da Costa. **Considerações sobre o ensino graduado da ética profissional**: resultados preliminares de pesquisa. ENPESS, 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pandêmico foram exacerbadas, como afirmam Barroso e Gama (2022)¹⁰, tornando as condições objetivas do trabalho docente como fator limitador às práticas docentes promotoras do nosso projeto ético-político.

- d) A formação profissional na contemporaneidade é enquadrada na lógica do ensino instrumental-prático. Nesse contexto, a formação tende a ser tensionada para atender as necessidades do mercado que limita a atuação profissional a sua dimensão instrumental, é a materialização do “projeto neoliberal-flexível que reproduz nas relações sociais uma visão de redução do nível superior enquanto um espaço voltado para o ensino de conhecimentos técnicos e instrumentais mínimos para as demandas do mercado de trabalho.” (SAKURADA, 2018, p. 10). Representando assim, mais um desafio objetivo a ser superado pelos docentes quando do seu horizonte ético e político para sua atuação enquanto assistente social.

Acerca da formação docente identificamos que somente dois trabalhos colocam essa reflexão no centro de sua análise e outros três trabalhos tratam do assunto de modo transversal citando a necessidade da formação docente para a prática docente. Desse modo, nos parágrafos que seguem pontuamos as discussões introduzidas por tais trabalhos.

Assim, temos que a temática da formação docente aparece amplamente problematizada no artigo de Bernardo e Cruz (2022)¹¹. As autoras partem de sua experiência enquanto assistentes sociais docentes e colocam como pressuposto para suas análises o entendimento de que, apesar de o ensino em Serviço Social constituir-se em atribuição privativa, a docência parece receber a classificação de um “não espaço de trabalho profissional”. Condição esta que, dentre outras consequências, ocasiona “[...] a ausência do debate na formação sobre este espaço como um campo de trabalho profissional...” (BERNARDO; CRUZ, 2022, p.2-3) e como assinalam as autoras, não se trata de “[...] propor que a graduação comporte em seu currículo conteúdos voltados para a formação docente, mas ter no horizonte da formação que este também é um campo de trabalho que requisita conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos [...]” (BERNARDO; CRUZ, 2022, p.6), e que, sendo um espaço sócio-ocupacional é mediado pelo salário e tensionado por projetos e forças sociais por vezes antagônicas a própria profissão.

¹⁰ BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. **Maternidade e trabalho docente**: as marcas da produção e da reprodução social na vida das mulheres mães em tempos pandêmicos. ENPESS, 2022.

¹¹ BERNARDO, Alessandra Nascimento; CRUZ, Monique de Carvalho. **Aprendendo a ensinar**: a docência como espaço sócio-ocupacional de assistentes sociais. ENPESS, 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sem a intenção de resumir aqui o artigo referido, consideramos importante destacar que outras contribuições para a discussão são apontadas pelas autoras quando colocam em tela a importância do estágio docência realizado nos cursos de pós-graduação *strictu sensu*, compreendendo esse espaço como preponderante para a formação docente de assistentes sociais ao mesmo tempo em que reconhece o desafio atual dos estágios serem disciplinas que ultrapassem o “aprender fazendo” dentro de uma prática docente precarizada, visto que na maioria das vezes o docente-estagiário aparece como figura de substituição ao professor oficial da disciplina.

Contexto esse que dialoga diretamente com o trabalho das autoras Lima, Cunha e Feitosa (2018), que também foca na formação docente do assistente social a partir de sua prática docente. A pesquisa em si tratou de tentar entender como o ocorre o processo de formação de professores do curso de Serviço Social de uma determinada universidade pública, sob a perspectiva de experiência docente de uma professora. Para essa professora, o desenvolvimento do vir a tornar-se docente foi processual em sua carreira, na qual a docência apareceu como oportunidade, sendo que ela não atuou como assistente social nas políticas sociais ou no setor privado e seguiu unicamente a carreira docente (mostrando um específico perfil docente). A entrevistada reconhece que “ser docente requer uma formação profissional e seu desenvolvimento. Ressalte-se que esse processo é gradual, dito de outra forma, ocorre de forma transitória durante a carreira profissional.” (LIMA; CUNHA; FEITOSA, 2018, p.2)¹². E, é por isso, que o artigo conclui indicando que a formação docente é processual, entretanto as autoras não especificam nenhum saber particular necessário ao ensino em Serviço Social e não elencam as formas por onde essa formação ocorre para além do momento da escolarização da professora entrevistada.

O argumento da processualidade da formação docente enquanto prática que se embasa na própria experiência, também é encontrada em outro trabalho analisado quando as autoras apontam que “o acúmulo da própria dinâmica social de toda prática anteriormente realizada nos permite olhar adiante, tendo o novo como possibilidade.” (BRITO; PEQUENO, DOURADO, 2018, p.6)¹³. Na mesma linha as autoras, Barroso e Gama (2022), apontam que as docentes que participaram de sua pesquisa informaram que conseguem participar “muito pouco” de atividades

¹² LIMA, Fabiana Moreno; CUNHA, Laura Maria; FEITOSA, Nayara Fernanda Magalhães. **Desenvolver-se professora universitária**: notas sobre a docência no curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). ENPESS, 2018.

¹³ BRITO, Liana; PEQUENO, Letícia Sampaio; DOURADO, Juliana Frota. **Prática docente dos assistentes sociais**: quem ensina e quem aprende? ENPESS, 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de formação e aperfeiçoamento profissional devido ao fato de “não ter tempo suficiente” para se dedicar para tais atividades. Relatos esses que nos impelem a questionar se o exercício profissional do assistente social na docência pode ter como ferramenta única de formação a própria experiência em si de ensinar? Ou mesmo se, a prática pedagógica do assistente social, ao ter como horizonte ético-político a transformação da sociedade para além das estruturas econômicas atuais, comporta um processo de formação docente que se dê junto à precarização e à intensificação das formas de trabalho desse docente, como já apontadas anteriormente?

Preliminarmente consideramos que as respostas para tais perguntas se encontram na negativa, sobretudo ao ler o trabalho de Sakurada (2018) que aponta um desafio pedagógico dos professores assistentes sociais, que informaram sobre a dificuldade em garantir o alinhamento dos conteúdos ministrados nas disciplinas ao Projeto Político-Pedagógico, “[...] seja pela ausência de discussão entre os docentes, seja pela dificuldade em identificar quais conteúdos deverão ser ministrados[...].” (SAKURADA, 2018, p.12). Apesar de o artigo não aprofundar essa análise, interpretamos aqui que tal dado nos indica que somente a experiência docente do assistente social dentro da sua conformação objetiva contemporânea não é suficiente para dar respostas às demandas pedagógicas que o magistério lhe coloca, sendo, portanto, necessário encontrar outra(s) via(s) para a formação docente desses profissionais. Como complementa Brito, Pequeno e Dourado (2018, p.11), “a sala como uma totalidade parcial, é o espaço da nossa práxis, que não se finda em si, mas dialoga com a totalidade mais ampla da qual somos parte integrante”; totalidade esta que ao ser marcada pela intensificação e precarização do trabalho, bem como da privatização das políticas públicas e da orientação tecnicista-mercantil aos processos educativos, impregna o espaço universitário de condicionantes limitadores à possibilidade da práxis educativa e, conseqüentemente, atinge a formação profissional do Serviço Social desde a prática docente.

Além disso, se entendermos que a prática e a formação docente de assistentes sociais na docência é um ponto nodal de articulação entre as distintas dimensões da formação e do exercício profissional, definidoras da identidade profissional a partir da mediação com as demandas societárias, compreenderemos a urgente necessidade de debatermos sobre as condições nas quais essas dimensões se objetivam. Sobretudo porque as atividades dos assistentes sociais no campo do magistério superior “[...] não constituem um apêndice das atividades que lhes são mais tradicionais, visto que estão inscritas no próprio movimento de produção e reprodução social do Serviço Social.” (ALMEIDA, 2009, p.651). Os docentes assistentes sociais, portanto, podem contribuir de duas formas para a consolidação do nosso projeto profissional tanto porque ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

permearem seu exercício profissional pelos valores aí inscritos, reafirmam o seu compromisso coletivo, quanto porque ao formarem novos assistentes sociais dentro de uma perspectiva crítica, permitem a continuidade de processos emancipatórios que apontem para a construção de projetos societários contra-hegemônicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprindo os objetivos desse artigo, propusemos a sistematização e análise de dados sobre a condição docente do assistente social versando tanto sobre as suas condições de trabalho, quanto sobre a sua formação docente. E a partir desta sistematização pudemos inferir acerca da baixa produção de pesquisas relacionadas a esse temática no bojo das discussões contemporâneas que envolvem a formação profissional em Serviço Social e que, essas poucas reflexões, que se propõem ao estudo do assunto em tela, colocam a preocupação central de que as condições objetivas e de formação docente dos assistentes sociais apontam para uma tendência à fragilização da implantação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e, conseqüentemente, de formação do perfil esperado por ela, dificultando a defesa do próprio projeto profissional, que ainda que hegemônico, disputa espaço com outras frentes conservadoras que adentram a profissão.

Além disso, as análises dos impactos das condições societárias de cunho neoliberal na formação profissional é pressuposto para todas as produções analisadas aqui. É consenso entre os estudiosos do assunto, que a nossa profissionalização, ao se dar via ensino superior, sofre os rebatimentos das orientações colocadas às políticas educacionais e que estas são o resultado do tensionamento entre projetos societários, que resulta na perspectiva de continuidade do projeto educacional elitista, dificultando o ingresso e a permanência dos estudantes pertencentes às classes subalternas. Além disso, algumas das produções aqui analisadas nos informam que desses aspectos conjunturais decorrem a situação das condições objetivas do trabalho docente que se caracteriza por sua intensificação e precarização e as condições subjetivas que impactam diretamente na sua saúde mental.

Nesta direção, há também um consenso entre os autores aqui pesquisados que esses fatores se constituem em desafios cotidianos aos docentes enquanto classe trabalhadora em garantir uma prática pedagógica que se alinhe ao projeto ético-político da profissão e possua como norte de sua ação as Diretrizes Curriculares de 1996.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

E é, nesse real concreto que se processam as escassas discussões sobre a formação docente. Como vimos, somente dois trabalhos trazem esse tema como objetivo de sua análise e apenas três trabalhos abordam de modo transversal o assunto citando a necessidade da formação docente para a prática docente. Neles a própria experiência no magistério superior aparece como uma possibilidade para a formação docente dos assistentes sociais, assim como o estágio docência nos cursos de pós-graduação é apontado como via possível; mas, ao passo em que há o reconhecimento desses espaços formativos, há também o vislumbre de suas limitações. E nesse cenário de discussões não encontramos elocubrações mais amplas que versem sobre as possibilidades formativas do docente assistente social em conformidade com o projeto ético-político da profissão. O que nos coloca a urgência de pensar tais questões a partir da compreensão de que a prática docente do assistente social é também uma prática produtora e reprodutora do Serviço Social.

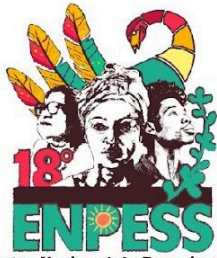
Por fim, endossamos os argumentos de alguns trabalhos aqui analisados de que os elementos estruturantes das políticas educacionais no Brasil contemporâneo, orientados por interesses instrumentais e mercadológicos, colocam dentro do Serviço Social a disputa pela direção do seu projeto profissional sobretudo a partir da fragilização da materialidade das Diretrizes Curriculares. Desse modo, entendemos ser oportuno o desenvolvimento de pesquisas na área da formação acadêmica que coloquem em cena os sujeitos sociais construtores desse processo, seus posicionamentos políticos e seus compromissos éticos, especialmente quando pensamos acerca da construção da formação, práticas pedagógicas e identidade dos docentes assistentes sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Magistério, direção e supervisão acadêmica. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ética, política e emancipação: a atualidade de nossas escolhas. In: CRESS-RJ. **Projeto ético-político e exercício profissional em serviço social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. **O ensino no Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

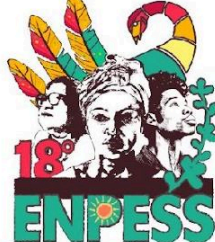
FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GUERRA, Yolanda. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. **Revista Katálysis**, Florianópolis: EDITORA, v.8, p.147-154, jul.-dez., 2005.

_____. A instrumentalidade no trabalho do serviço social. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, maio 2007, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte, 2007.

NÓBREGA-TERRIEN, Silvia Maria; TERRIEN, Jacques. **Trabalhos científicos e o estado da questão**. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 5–16, 2004.

PIZZANI, Luciana *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, jul./dez, 2012.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**